



Os operários de Casaca: As greves dos bancários em Manaus na década de 1940¹

Pedro Marcos Mansour Andes²

Introdução

Ao analisarmos os fatores que levaram as categorias de trabalhadores urbanos de Manaus a organizarem e executarem vários movimentos paredistas percebemos que os anseios destes trabalhadores estavam ligados ao contexto de luta de todos os trabalhadores brasileiros. As greves estavam relacionadas as questões salariais devido as baixas remunerações, as condições de trabalho, ao não cumprimento dos direitos garantidos a partir da promulgação da CLT e, uma das questões que preocupava bastante os trabalhadores da cidade era a carestia de vários produtos, principalmente, os básicos para sua alimentação, tais como: açúcar, feijão, arroz, café, carne, pão, etc.

Sobre a carestia dos produtos alimentícios na cidade os Boletins da Associação Comercial do Amazonas (ACA), nos dão um pouco da dimensão da alta de preço dos produtos básicos em Manaus. Verificamos aumento de até 126% como era o caso do pão francês, de 20% açúcar e do feijão, 35% do arroz e 30% da manteiga³. Todos esses aumentos abusivos prejudicavam a vivência de muitos trabalhadores da cidade.

A partir de 1943, ainda durante a ditadura Vargas foram organizadas algumas paredes exigindo aumento salarial em algumas regiões do país. De acordo Giannotti (2007), a principal motivação para o ressurgimento das greves foram os baixos salários, as péssimas condições de trabalho, carga horária excessiva, principalmente, durante o esforço de guerra.

A vida dos trabalhadores brasileiros não estava fácil. Os salários eram muito desvalorizados. Os horários e as condições de trabalho, devido à necessidade de produção de materiais bélicos, estavam piores do que antes da guerra. Os sindicatos, totalmente esmagados pela ditadura do Estado Novo, começam a

¹ Este artigo é parte componente do terceiro capítulo da dissertação de Mestrado intitulada “Trabalhadores em Movimento: Associativismo e paredes de trabalhadores em Manaus (1945-1967)” apresentada ao PPGH da UFAM em 26 de agosto de 2016. Artigo para o Seminário Temático Cultura, Trabalho e Cidade da ANPUH/AM de 2016.

² Mestre em História pelo PPGH da Ufam, historiador da Secretaria de Estado da Cultura - SEC e professor de História da rede pública do Estado do Amazonas – SEDUC.

³ Dados retirados dos Boletins da Associação Comercial do Amazonas (ACA) publicados mensalmente nas décadas de 1940, 1950 e de 1960. Estão disponíveis no acervo da Biblioteca da ACA.



reativar-se. Em novembro de 1944, em Belo Horizonte, realiza-se um Congresso Operário Unitário, tolerado pelo sistema.⁴

Dentro do processo de radicalização do movimento dos trabalhadores em todo Brasil, iremos analisar neste artigo a greve nacional dos bancários que eclodiu em 1946, destacando a participação dos bancários de Manaus nesse movimento. Essa greve foi bem documentada pela mídia impressa local e teve suas notícias estampadas no noticiário de capa de todos os jornais que circulavam na capital do estado.

Sendo assim, procuramos reconstruir através da pesquisa histórica os passos deste movimento para entendermos como os bancários da cidade durante participaram ativamente da greve nacional de sua categoria profissional. No decorrer do artigo buscaremos entender os anseios, as demandas, a força de organização e articulação desta categoria de trabalhadores urbanos em um período marcado por uma crise econômica que assolava toda região.

A greve Nacional dos Bancários de 1946 em Manaus

Em meados da década de 1940, os bancários do Amazonas irão aderir ao movimento nacional pela criação de um salário profissional para a categoria. Depois que ressaltar que esse movimento foi o primeiro organizado nacionalmente por uma categoria de trabalhador após a eleição do general Dutra para a presidência. A participação dessa categoria profissional no movimento paralisista nacional foi fundamental para o fortalecimento político da categoria no estado e a ampliação da rede de solidariedade entre os bancários como vimos no capítulo anterior a comemoração organizada pelo Sindicato dos Bancários em homenagem a vitória do movimento através da realização de vários torneios desportivos para os bancários se tornou um momento de sociabilidade e confraternização para a categoria de trabalhadores e um exemplo de luta para obter suas reivindicações.

A greve nacional dos bancários eclodiu em janeiro de 1946, o movimento paralisista tinha como causa a luta por melhorias salariais e a criação de um salário

⁴ GIANNOTTI, Vito. História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 148.



profissional para a categoria. Conforme Negro e Silva, dentro do processo de radicalização do movimento dos trabalhadores no país a greve dos bancários foi,

A paralisação que ganhou maior destaque naquela conjuntura foi a greve nacional dos bancários que, iniciada em 24 de janeiro, pleiteava um decreto para regulamentar o salário profissional. Embora não tenha sido atendido em suas reivindicações, o movimento assinala três aspectos relevantes: a ampla solidariedade recebida, a conquista na prática do direito de greve e a primeira paralisação do período em que o sindicato desempenhou papel de liderança. A posição assumida pelo PCB foi de apoio ostensivo, manifesto na declaração do dirigente Pedro Pomar de que “greve não é desordem”.⁵

Negro e Silva consideraram a greve dos bancários vitoriosa, apesar de não ter conseguido todas suas reivindicações, entretanto, no final da parede os trabalhadores dos bancos criaram um exemplo de movimento a ser seguido quanto a solidariedade entre os trabalhadores, a participação efetiva do Sindicato na liderança do movimento e a conquista na prática do direito de greve. Tentaremos agora refazer os caminhos da greve nacional dos bancários em Manaus.

Em Manaus, os bancários dos bancos privados, que tinham agências na cidade, anunciam a entrada na greve nacional já no dia 25 de janeiro. Vale ressaltar que os salários pagos pelos bancos públicos e privados eram diferenciados, nesse sentido a causa central da eclosão do movimento como já foi dito era a criação de um salário profissional para a categoria. O jornal A Tarde noticiou assim o início da parede nos bancos da cidade,

Motivou a atitude dos funcionários do London Bank, Banco Nacional Ultramarino e Banco Popular de Manaus, um telegrama dos bancários da metrópole do país, telegrama este que assim está redigido: “Informamos companheiro classe bancária carioca reunião sem precedente história nosso sindicato, realizada ontem, não voltar trabalho até o ter a assinatura decreto salário profissional. Resolução unânime bancários cariocas que conta irrestrita solidariedade de funcionários do Banco do Brasil foi tomada atitude banqueiros mais gananciosos que após longos meses estudos minuciosos comissão paritária manobra desleal e impatrioticamente sentindo impedir assinatura decreto. Sabemos até agora aderiram medida bancária Campos, Nitheroi, Fortalesa, Curitiba, Vitória, Recife, Pará, Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, dezenas núcleos bancários Estados Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul.

⁵ NEGRO, A. L. e SILVA, F. T. da. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 58.



Contamos adesão companheiros certo vitória final nossas justas reivindicações. Bancários.”⁶

A notícia da eclosão da greve dos bancários em Manaus nos aponta dois aspectos importante. O primeiro se refere a situação dos bancários locais, que refletia muito o cenário nacional, de acordo com a reportagem os bancários dos bancos públicos tinham bons salários, enquanto os funcionários dos bancos privados eram mal remunerados. O segundo aspecto, se refere a questão da solidariedade da categoria dos bancários com o movimento realizados pelos trabalhadores do Rio de Janeiro, ainda à época capital federal.

O Jornal do Commercio quando divulga a matéria sobre o movimento grevista dos bancários, salienta as dificuldades que a parede dos trabalhadores iria causar para as atividades comerciais em todo o país e, principalmente, em Manaus. Conforme a reportagem jornalística a greve,

[...] contrariando aliás todas as versões divulgadas, o Banco do Brasil e o Banco de Crédito da Borracha, sem dúvida nenhuma os dois mais importantes estabelecimentos de crédito de Manaus, não entram, ontem, no movimento que atrofia toda a vida comercial e econômica da nação, com prejuízos sérios e incalculáveis. Pouco depois das nove horas, porém, grande parte dos funcionários do Banco Ultramarino, London Bank e a totalidade dos auxiliares do Banco Popular deixaram seus afazeres, integrando a avalanche grevistas.

[...]

A opinião quasi unanime do país, é de que os bancários dos estabelecimentos particulares são de fato mal pagos. Sobram-lhes razões pois, para um movimento de reivindicação. A hora que lançaram mão, porém, dessa medida, justamente quando os olhos do mundo se voltam para a proclamação e posse do presidente Eurico Dutra é que não teria sido oportuna. Esforços estão sendo feitos, todavia, afim de convencer aos banqueiros da necessidade de atenderem às justas aspirações de seus colaboradores.⁷

Na cobertura dada ao movimento dos bancários em Manaus pelo Jornal do Commercio, apesar de apresentarem os motivos que levaram os trabalhadores a organizar uma parede nacional destacando os baixos salários dos funcionários dos bancos privados, a reportagem não deixou de fazer críticas surtfeis a greve, afirmando que o movimento trará prejuízos econômicos para o país incalculáveis, além de afirmar

⁶ A Tarde, ano: IX, n.º: 2.674, Manaus, sexta-feira, 25 de janeiro de 1946, p.2.

⁷ Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14.402, Manaus, sábado, 26 de janeiro de 1946, p. 4.



que o momento não é adequado, pois, o presidente Eurico Gaspar Dutra ia tomar posse do cargo naquele momento.

O jornal Diário da Tarde traz matéria descrevendo os primeiros acontecimentos relacionados ao movimento, destacando a resistência de alguns bancários em participar do movimento e furando a greve, provavelmente por medo de perder seus empregos ou até mesmo por não concordarem com a greve. Segundo a reportagem,

[...] podemos assegurar que entraram em greve os empregados de estabelecimentos bancários, desta capital, estendendo-se o movimento ao Banco Ultramarino, ao London Bank e ao Banco Popular [...]. No Banco Ultramarino, alguns funcionários furaram a greve, e, quanto ao Banco do Brasil, prosseguem os demarches dos leaders da parede, no sentido de obter a adesão de seus empregados, a título de solidariedade de classe.⁸

Apesar das resistências em alguns estabelecimentos bancários em Manaus e em todo país, a greve dos bancários ganhou força e no dia 28 de janeiro os funcionários dos Bancos do Brasil e da Borracha aderiram em solidariedade ao movimento grevista na cidade. Sendo assim, todos os estabelecimentos bancários da cidade estavam no movimento. De acordo com a reportagem do periódico Diário da Tarde,

Aderem à greve dos empregados bancários, na manhã de hoje, os funcionários das agências locais do Banco do Brasil e do Banco da Borracha, em número aproximado de 200, estendendo-se agora, o movimento a todos os estabelecimentos de crédito da cidade, com exceção de alguns raros elementos que furaram a parede. A atitude dos funcionários do Banco do Brasil e do Banco da Borracha, dando apoio aos seus colegas do Banco Ultramarino, do London Bank e do Banco Popular de Manaus, é tanto mais assinalável quanto se sabe que não tem reivindicações de salários a defender, e paralizam suas atividades tão somente por um elevado sentido de solidariedade de classe, acompanhando-os na sua luta corajosa por uma melhor remuneração aos seus trabalhos. No Amazonas, como em todo o Brasil, os grevistas se mantêm dentro da melhor ordem, disciplinarmente.⁹

A entrada na parede dos funcionários do Banco do Brasil e do Banco da Borracha deu maior força ao movimento, conforme destaca a reportagem, apesar de não estarem reivindicando aumento salarial, sua participação no movimento é em solidariedade aos companheiros de categoria. Podemos afirmar que a prática da greve

⁸ Diário da Tarde, ano: X, n.º: 3.167, Manaus, sexta-feira, 25 de janeiro de 1946, segunda página.

⁹ Diário da Tarde, ano: X, n.º: 3.169, Manaus, segunda-feira, 28 de janeiro de 1946, reportagem de capa.



de solidariedade se consolidará como uma forma de unificação das mais variadas categorias de trabalhadores do país.

Duas comissões de bancários do Banco do Brasil e do Banco de Crédito da Borracha foi a redação de Jornal do Commercio para reafirmar, que a entrada deles no movimento paredista se constituía uma ação de apoio e de solidariedade as reivindicações dos seus companheiros de categorias dos outros estabelecimentos, que estavam lutando por melhorias salariais justas. Segundo a reportagem do periódico, as duas Comissões explicaram que,

[...] a atitude que haviam tomado não significava um grito em defesa de qualquer reivindicação sua, uma vez que estavam satisfeitos com seus chefes e com seus vencimentos. Grevam unicamente para ficar firmes ao lado dos seus colegas que estão pleiteando a formação de quadros e o salário mínimo profissional.¹⁰

A reunião ocorrida na Casa do Trabalhador no dia 30 de janeiro entre os bancários que estavam em greve, os representantes do Sindicato da categoria e os representantes da Delegacia Regional do Trabalho, que contou com a participação maciça da categoria e com o apoio de vários Sindicatos de outros trabalhadores. Conforme a reportagem, na reunião foi aprovada a criação de duas comissões, uma para negociar com os gerentes dos bancos e outro para trabalhar diretamente com a imprensa,

[...] Falou o bancário Paulo Simpson que fez sentir que os funcionários em greve, pertencentes ao Banco Ultramarino, London e Popular, não haviam ainda recebido seus salários deste mês, posto que irrompera o movimento reivindicatório antes do dia do pagamento. Sugeriu que uma comissão fosse designada para se entender com os gerentes dos aludidos Bancos a respeito do assunto. Em discussão, foi a proposta aprovada, sendo nomeada a comissão composta dos seguintes bancários, que hoje se dirigirão aos gerentes. Paulo Simpson, Crisolito Salignac, José de Oliveira Lima, Silvestre Lucena, José Thomaz de Miranda Leão, Gualter Braga de Aguiar, José Balbi, Francisco Esteves Lima e Mário Vieira da Silva. Foi também designada outra comissão, por proposta, para juntamente com aquela, tratar da divulgação dos acontecimentos junto a imprensa, composta das seguintes bancárias: Iris Violeta de Lima Sanches, Margarida Falcone, Odaisa Braga Martins e Judith Figueiredo. Essas comissões serão presididas pelo sr. Moysés Abreu Vieira presidente do Sindicato dos Bancários de Manaus.¹¹

¹⁰ Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14.044, Manaus, terça-feira, 29 de janeiro de 1946, reportagem de capa.

¹¹ Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14045, Manaus, quarta-feira, 30 de janeiro de 1946, p. 4.



Com a parede a situação financeiras de vários bancários ficou complicada, pois, ficaram sem receber seus vencimentos no final do mês. Essa situação levou a categoria a buscar resolver essa problemática, através da tentativa de negociação com os bancos, para isso, foi formada uma comissão para reunir com os gerentes dos bancos. No decorrer da reunião vários representantes de outros Sindicatos de diversas categorias profissionais falaram em apoio a greve dos bancários e foi criada uma comissão composta dos seguintes representantes,

[...] sr. Almerindo Pantoja, pelo sindicato dos Contra-Mestre, Marinheiros Moços; sr. Roberto Joaquim Chale, pelo Sindicato dos Foguistas; sr. Serafim Andrade, pelo Sindicato dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Fluviais; sr. Sebastião Rego, pelo Sindicato dos Oficiais de Maquinas Fluviais; bancário Crisolito Salignac, e, como ex-bancário, nosso companheiro Emiliano Marinho Filho, tendo todos palavras ajustadas ao momento, sendo de salientar, que os representantes dos Sindicatos citados deram aos bancários o inteiro moral das suas associações de classe. Finalizando, o presidente dos Bancários recomendou toda a ordem e disciplina aos bancários, na certeza de que o movimento da classe será vitorioso, porque fundado no mais salutar princípio de necessidade e de justiça, marcando, então, nova reunião, para hoje, às horas.¹²

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo movimento, os bancários continuaram em greve contanto com o apoio de outras categorias de trabalhadores. A reportagem também informa, que mesmo com a participação dos funcionários dos Bancos do Brasil e do Crédito da Borracha no movimento grevista, muitos bancários dos bancos citados continuaram trabalhando normalmente sem prejudicar os serviços de créditos na cidade.

FUNCIONA O BANCO

O Banco de Crédito da Borracha, a despeito da adesão de uma grande parte dos seus funcionários, continua trabalhando normalmente.

Estiveram ali, na manhã de hoje, e o seu gerente, o sr. Raimundo Figueira, dissemos que a dedicação de inúmeros companheiros estava permitindo que os seringalistas não fossem prejudicados já que eles entregam a borracha e precisam voltar imediatamente para seus redutos.

TAMBÉM O DO BRASIL

O Banco do Brasil que onde trabalham com uma parcela de funcionários, deverá, ao que apuramos, contar hoje com maior número de colaboradores, podendo, pois, ter normalizado seus serviços.¹³

¹²Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14045, Manaus, quarta-feira, 30 de janeiro de 1946, p. 4.

¹³Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14045, Manaus, quarta-feira, 30 de janeiro de 1946, p. 4.



Como podemos verificar apesar de toda a participação da categoria e organização do movimento paredista, ainda assim houveram os bancários que não aderiram ao movimento, principalmente, os trabalhadores dos bancos públicos, utilizando aqui uma expressão dos movimentos paredistas, furaram a greve.

A Comissão dos grevistas que foi composta para levar aos gerentes as reivindicações dos funcionários dos Bancos Popular de Manaus, Ultramarino e London com relação os pagamentos dos seus vencimentos, tiveram êxito apenas no Banco Popular, pois, o gerente do Banco Ultramarino afirmou que não podia atender as reivindicações e a comissão da foi a sede do London Bank. Mesmo com as dificuldades encontradas o Sindicato dos Bancários estava dentro do possível prestando auxílio aos trabalhadores em greve.

[...]

AUXÍLIOS FINANCEIROS

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Manaus, ao que nos declarou o presidente Moysés Vieira, está atendendo os bancários que não chegaram a receber os seus salários deste mês, fornecendo-lhes numerários para ligeiras necessidades, mediante pequenos vales.

Informou-nos também o presidente dos bancários que a comissão incumbida de solicitar aos gerentes dos Bancos Ultramarino, London e Popular que pagassem os vencimentos deste mês aos funcionários em greve, ao menos até o dia que irrompeu o movimento, comparecendo ao Banco Ultramarino, obteve do respectivo gerente, sr. Armando Mesquita, a declaração de que a respeito nada poderia fazer, sem a instrução dos seus superiores, prometendo todavia, pedir as instruções devidas, por via telegráfica, com o que se conformou a comissão. Quanto ao Banco Popular, a comissão foi cientificada de que o seu gerente mandara prevenir aos seus funcionários que comparecessem para receberem seus salários, o que se deu à tarde, sendo pago os vencimentos integrais deste mês. A comissão não compareceu ao Bank of London.¹⁴

Sobre as demandas salariais dos bancários, o movimento grevista nacional elaborou uma tabela de aumento para os inúmeros profissionais que trabalham nos bancos. Conforme a reportagem veiculada no Jornal do Commercio ficou assim os aumentos salariais reivindicados pelo movimento grevista. Para os bancos da segunda região, onde os bancos de Manaus estavam situados, ficou assim os valores solicitados: “Praticante: Cr\$ 900,00; datilografo: Cr\$ 950,00; escriturário A Cr\$ 1.100,00;

¹⁴ Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14046, Manaus, quinta-feira, 31 de janeiro de 1946, p. 4.



escriturário B, Cr\$ 1.400,00; escriturário C Cr\$1.700,00; escriturário D, Cr\$ 2.000,00 e escriturário E, Cr\$ 2.300,00”.¹⁵

A proposta apresentada pelos bancários para os Bancos foi avaliada em uma reunião com Ministério do Trabalho e não foi aceita. Em nota o Ministro do Trabalho exigiu que os trabalhadores voltassem ao trabalho para poder analisar as reivindicações e ainda ameaçou os grevistas, “[...] assinar um decreto permitindo aos banqueiros contratar novos funcionários e tirar a estabilidade que havia sido conquistada pela classe.”¹⁶

Dos quatro jornais pesquisados para elaborar a análise da greve dos bancários em Manaus dois publicaram artigos sobre o movimento, destacando suas causas e as consequências da greve para a vida econômica nacional. Todos os periódicos achavam os motivos da greve justos, porém, afirmavam que suas consequências econômicas incomodavam a todos. No periódico A Tarde, seu proprietário e diretor publicou um artigo destacando, principalmente, os aspectos negativos para a economia do país, que a greve dos bancários estava ocasionando. Conforme Aristophano Antony¹⁷ a greve dos bancários estava causando,

Enquanto isso, a vida comercial sente as consequências da greve dos empregados nos Bancos. Ninguém ignora o que essa irregularidade representa para os negócios nacionais. Com as carteiras de empréstimos e de desconto sem movimento, poucas são as operações que poderão ser realizadas, notadamente por parte de firmas que costumam, comumente, servir-se daqueles meios para adquirir produtos para os ramos que exploram. Por outro lado, há o recebimento dos saques, a remessa de numerários de um para outros lugares, numerosos outros fatores, enfim, que influem decisivamente nas relações econômicas do país. É mais grave do que se supõe, portanto, a greve dos bancários, cuja importância não está sendo considerada.

Pela leitura de notícias cariocas, deduz-se que está havendo intransigência de parte dos banqueiros e dos bancários. Estes, cujas as reivindicações não podem ser postas em dúvida, recusaram, segundo parece, a oferta daqueles, que se prontificaram em majorar os vencimentos dos seus auxiliares em 50%. Ignoramos os motivos dessa recusa, embora saibamos que os grevistas pretendem o aumento de 100%, com o qual não concordam os patrões. Não desejamos, todavia, entrar em detalhes a atitude dos grupos que contendem. O que achamos, isso sim, é que a greve está motivando prejuízos

¹⁵ Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14046, Manaus, quinta-feira, 31 de janeiro de 1946, p. 4.

¹⁶ Jornal do Commercio, ano: XLIII, n.º: 14050, Manaus, terça-feira, 05 de fevereiro de 1946, reportagem de capa.

¹⁷ Membro de uma das famílias abastadas de Manaus foi jornalista e diretor-proprietário do periódico A Tarde, que circulou em Manaus durante os anos de 1937 a 1962.



incalculáveis a todas as classes, e, sobretudo, ao Brasil, já havendo tempo, de sobra, para solucioná-la, para tanto, não faltasse boa vontade.¹⁸

No artigo de Aristophano Antony observamos que o autor enfatiza as consequências negativas para a economia nacional, que a parede dos bancários estava ocasionando, apesar de entender que as reivindicações dos bancários são justas, o jornalista destaca a gravidade econômica do movimento para todo o país. Outro jornal que circulava na cidade e que publicou artigo sobre a parede dos bancários foi o periódico *Diário da Tarde* do grupo Archer Pinto. O texto publicado foi de autoria do sindicalista Armando Cunha, de acordo com o autor a greve não é mais um crime social, os bancários estavam em greve lutavam pelo primário e sagrado de viver. Ainda conforme Armando Cunha a greve dos bancários,

[...] vai marcar talvez um divisor na vida social do Brasil. As forças da reação mobilizam-se, e, se estas puzerem o pé, como querem, no pescoço dos bancários, obrigando-os a se renderem, sob a ameaça da fome nos lares ou da perda dos empregos, voltaremos a antes de 1930 e a questão social voltará a ser um caso de polícia. Tenho fé, porém, na fibra bancária, fibra rija, de antes quebrar que torcer.... Haja vista a repulsa unânime ante o prato de lentilhas oferecida aos bancários cariocas e paulistas, como prêmio de uma traição. Eles teriam seus ordenados aumentados, na forma proposta. Os bancários das outras praças, porém, continuariam como até aqui, vegetando... A resposta foi una e enérgica: “Somos bancários, não somos traidores”...

A greve bancária não é política. Eclodiu como um grito de desespero de uma classe farta de ser enganada, fartíssima de ver não cumpridas as promessas de um justo salário profissional. É o que confirma o depoimento insuspeito do banqueiro Snr. Valter Peixoto, vice-presidente do Sindicato das Casas Bancárias do Rio de Janeiro: “Considero legítimo o movimento. Considero justas as reivindicações. Só um pensamento bitolado no interesse individual pode considerar impatriótica a atitude dos bancários. Eles estão em defesa de um direito reconhecido pelo governo a todas as demais classes trabalhadoras, e não estão exigindo favor” uma vez que neles “repousa toda a prosperidade dos institutos a que servem”.¹⁹

O texto do sindicalista Armando Cunha vem para confirmar dois aspectos que marcaram o movimento grevista, que nós já destacamos aqui. O primeiro é a solidariedade entre os grevistas e as outras categorias de trabalhadores, vimos no artigo que a situação econômica dos grevistas já estava ficando complicada e a ajuda de outros trabalhadores foi importantíssima para continuação da parede. O segundo aspecto é a importância histórica da parede dos bancários, pois, ela foi a primeira grande greve nacional, após o fim da Era Vargas e a promulgação da CLT, apontando para nova realidade social do país, a greve não é mais um caso

¹⁸ *A Tarde*, ano: IX, n.º: 2.683, Manaus, quarta-feira, 60 de fevereiro de 1946, reportagem de capa.

¹⁹ *Diário da Tarde*, ano X, n.º 3.181, Manaus, terça-feira, 12 de fevereiro de 1946, artigo de capa.



polícia e sim uma forma de luta legal que os trabalhadores tem para exigir salários dignos é uma forma de garantir seus direitos sociais.

Dentro desse contexto, Armando Cunha destaca também os aspectos centrais que levaram a eclosão do movimento grevista dos empregados dos bancos de Manaus. Segundo Cunha, a greve dos bancários,

[...] não interessa apenas a eles, como já disse. O desajustamento econômico é um mal que atinge todo o proletariado. Há quem pensa ande algum agente misterioso insuflando os trabalhadores à greve. Esse agente, realmente existe, todos nós o conhecemos, porém, é a necessidade batendo à porta, é a penúria em que vivem todos os trabalhadores do Brasil, onde o custo de vida aumentou em 300% e os salários aumentaram, quanto muito, 50%. A todos os companheiros, de todas as classes, apelo, portanto para que contribuam também com suas doações, pequenos embora, para a campanha financeira, em prol dos bancários.²⁰

O autor contesta aquela visão preconcebida, que até hoje faz parte do imaginário de muita gente, de que os movimentos grevistas eram organizados pelos subversivos, os perturbadores da ordem, os comunistas. Armando Cunha faz questão em afirmar que a greve é um mecanismo de lutar pelos direitos dos trabalhadores. Na opinião do mesmo, são os baixos salários, a penúria dos trabalhadores e a carestia do custo de vida, os grandes causadores e motivadores para a eclosão das paredes dos trabalhadores.

A greve nacional dos bancários chegou ao fim no dia 11 de fevereiro de 1946, depois de um grande acordo realizado entre a Comissão Nacional de Greve, representantes dos Banqueiros, Ministro do Trabalho e o Presidente da Confederação Nacional do Comércio. Conforme o telegrama, enviado as 3:50 horas da madrugada, pelo Comissão Nacional de Greve ao Comitê dos Bancários em greve de Manaus, o acordo ficou assim definido,

Em nome da Comissão Nacional Greve autorizamos volta ao trabalho hoje 12 fevereiro segundo expediente todos os bancários do Brasil. Acordo volta ao trabalho firmado ontem 11 por delegação desta comissão constam seguintes condições: Nenhum bancário sofrerá qualquer espécie penalidade, ficando sem efeito as demissões havidas. Dias greve serão percebidos como dias trabalho. Abonos em vigor serão incorporados definitivamente aos salários. Acordo 25 de setembro extensivo todos os estabelecimentos bancários existente país. Aumento de Cr\$ 300,00 a todos bancários país indistintamente, a partir 1º janeiro último. Início reexame conclusões salário profissional dentro 10 dias, inclusive critérios promoções, quadro para contínuos. Acordo foi assinado também por Ministro Trabalho, presidente Confederação Nacional Comércio. Assim terminamos nossa greve nacional, vitoriosa pela força de nossa indestrutível unidade, pela solidariedade de classe dos trabalhadores e do povo brasileiro. Nossa vitória consolida sagrado direito greve, mais um marco marcha democracia no Brasil. Pela comissão

²⁰ Diário da Tarde, ano X, n.º 3.181, Manaus, terça-feira, 12 de fevereiro de 1946, artigo de capa.



nacional de greve, (a) Antonio Luciano Barcelar outo, (a) Olimpio Fernandes Melo.²¹

Apesar do objetivo central da parede dos bancários que era a criação de um salário profissional para a categoria não ter sido alcançado de imediato. Podemos afirmar aqui, que a greve nacional dos bancários marcou o início de vários movimentos paredistas que irão ocorrer no país até o golpe civil militar de 1964. Essas negociações no decorrer da parede conseguiram garantir os empregos de todos os bancários que estavam em greve, garantiu que os dias de greve não fossem descontados, anexou os abonos aos vencimentos dos trabalhadores e abriu uma negociação para criação do salário profissional desta categoria. Além disso, garantiu na prática o direito de greve, foi um marco de solidariedade entre as inúmeras categorias de trabalhadores do país e marcou também a atuação efetiva do Sindicato dos Bancários no movimento. A partir desta greve que outras categorias de trabalhadores se organizaram no sentido de exigir aumento salarial e tiveram suas pretensões atendidas sem precisar sair para a parede, exemplo foram os marítimos, que ameaçaram uma greve nacional e em Manaus os comerciários, que foram atendidos em seguidas nas suas demandas salariais.

FONTES DOCUMENTAIS

Periódicos

Jornal do Commercio
Diário da Tarde
O Jornal
A Tarde
Acrítica
A Gazeta
Voz Operária
Folha do Povo

Mensagens e relatórios

Foram pesquisados os Relatórios e Mensagens apresentados pelo Governador do Estado e do Prefeito Municipal as Poder Legislativo Estadual e Municipal produzidos durante o recorte cronológico da presente pesquisa (1945-1950).

²¹ Diário da Tarde, ano X, n.º 3.181, Manaus, terça-feira, 12 de fevereiro de 1946, reportagem de capa. (Grifos nossos).



Obras dos Memorialistas

ANDRADE, Moacir. Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

MELLO, Thiago de. Manaus: amor e memória. Manaus: Editora Valer, 2004.

PERES, Jefferson. Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei. Manaus: Editora Valer, 2002.

SALGADO, Roberta Camila. Manaus 1965: Da Floresta e das águas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

VALENTE, Aviz. Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas: Antecedentes e Protagonistas. Manaus: Editora Travessia, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Vicente de Souza. Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60. Manaus: Editora Valer, 2002.

ALVES, Juliana Martins. Trabalho e Trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como “antidiretório” (1951-1954). In.: Revista de História. São Paulo, n.º 172, p. 367-396, jan.-jun., 2015.

ARAÚJO, André Vidal de. Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação. Manaus: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1974, Coleção Pindorama, volume 2.

ASSUNÇÃO, Alvir. O auto do boi-bumbá Corre Campo e outras Famas. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

BENTES, Rosalvo Machado. “Zona Franca, Desenvolvimento Regional e o Processo Migratório para Manaus”. In. ARAGÓN, Luís Eduardo & MOUGEOT, Luc J. A.. Cadernos NAEA, 8 Migrações Internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPA / NAEA, 1986.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2.

_____. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CASTRO, Mavignier de. Síntese Histórica da Evolução de Manaus. 2ª ed. Manaus: Editora Umberto Calderaro, sem data.

COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2014.



_____. Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915). São Paulo: PUC – SP, Dissertação de Mestrado, 1997.

_____. “Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1900 – 1915)”. In. Cidades. São Paulo: Editora Olho d’água, 1999.

D’ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais.” In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2.

DAOU, Ana Maria. A Belle Époque Amazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, (Coleção Descobrimdo o Brasil).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia.” In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 3.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto (1890-1920). Manaus: Editora Valer, 1999.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. A Dinâmica da Economia Amazonense no Período 1950-1990. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado na PUC-SP, 1994.

GIANNOTTI, Vito. História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2005.

_____. Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

HARNER, June E. Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920. Brasília: EDUNB, 1993.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20. 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Da Revolução Industrial ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1983.

_____. O Mundo do Trabalho: novos estudos sobre história operária. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEAL, Murilo. A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964). Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2011.

LINDEN, Marcel Van Der. Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma História global do trabalho. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.



LOPEZ, Luiz Roberto. Uma História do Brasil República. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimdo o Brasil.

_____. Greve, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 24, n.º 47.

MENDONÇA, Carlos. Gente do Nordeste no Amazonas (fac-similado). Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002.

MELO, Mário Lacerda de & MOURA, Hélio A. de. Migrações para Manaus (Coord.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massarigana, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A Industrialização Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MORAIS, Sérgio Paulo. Trajetórias e Vivências de Carroceiros na Cidade de Uberlândia (1970-2000). São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado PUC-SP.

MOTTA, Luana Dias. A Questão da Habitação no Brasil: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito à Cidadania. Artigo Disponível no site do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG, 2010.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964).” In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. “Entre Memórias e História: A problemática dos lugares”. In.: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: EDUC, número 10, 1993.

OITICICA, César. “Impressões sobre o Urbanismo de Manaus”. In.: REVISTA ARQUITETUTA. Rio de Janeiro: IAB, n.º 42, dezembro de 1965.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920 – 1967: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado/EDUA, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 8, n.º 16, 1995.



_____. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925). Manaus: EDUA, 2003.

POLLAK, Michael. “Memórias, esquecimento e silêncio”. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: volume 2, n.º 3, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 26ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

QUEIROZ, Antônio Augusto. “Movimento Sindical: Passado, presente e futuro”. In.: INÁCIO, José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil: Os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Ano: III, n.º: 3, julho-setembro de 1946.

RIBEIRO FILHO, Victor. “Manaus, crescimento demográfico e espacial”. Amazônia em Cadernos, 4. (Revista do Museu Amazônico). Manaus: EDUA, 1998.

RODRIGUES, Marly. A Década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROSE, R. S. Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954). São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SALAZAR, João Pinheiro. O Abrigo dos Deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 1985.

SHARPE, Jim. “A História vista de baixo”. In.: BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: EDUA, 1999.

SILVA, F. T. da; NEGRO, A. L. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



SOUZA, José Leno Barata de. A “Cidade Flutuante” de Manaus: discutindo conceitos. In.: AEDOS - Revista do corpo discente do PPG – História da UFRGS. Num. 6, vol. 3, janeiro-junho de 2010.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Estudos. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Costumes em Comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WEINSTEIN, Bárbara. (Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez, 2000.

ZICMAN, Renée Barata. “História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas”. In.: Projeto História. N.º 4. São Paulo: EDUC, 1985.